

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.872 - RJ (2018/0296917-3)

AGRAVANTE : ASSOCIACAO CONGREGACAO DESANTA CATARINA
ADVOGADO : FLAVIA SANT ANNA E OUTRO(S) - RJ065122
ADVOGADOS : GRAZIELE MARQUES LIBONATTI MARTINS E
OUTRO(S) - RJ109373
MARIA REGINA MARTINS ALVES DE MENEZES -
RJ079098
AGRAVADO : SUELY REGINA MACHADO PEREIRA
ADVOGADO : WANIA POMPEU BAPTISTA - DEFENSOR PÚBLICO
AGRAVADO : FATIMA MELANI PEREIRA - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
INTERES. : MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS
ADVOGADO : FERNANDO SENNA ACCON - RJ058541

DECISÃO

A ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA ajuíza agravo contra decisão que negou seguimento a seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (fl. 35):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO AJUIZADA EM FACE DE PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADE FILANTRÓPICA. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS ENCARGOS PROCESSUAIS. SÚMULA 481 DO STJ. DOCUMENTOS TRAZIDOS AOS AUTOS DESPROVIDOS DE ATUALIDADE. CUSTAS RECURSAIS RECOLHIDAS. ACERTO DA R. DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O verbete de súmula nº 481 do STJ exige a demonstração da hipossuficiência para o deferimento da gratuidade, sem distinguir entre pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos.

2. Se o agravo foi interposto em janeiro de 2017 e há nos autos apenas os balancetes de julho de 2015 e de março de 2016, não há como se verificar se a agravante ostenta a condição de hipossuficiência alegada, dada a ausência de atualidade da documentação trazida.

3. Ademais, o recolhimento das custas do presente recurso não se coaduna com a alegada impossibilidade da agravante de fazê-lo sem prejuízo de suas atividades.

4. Precedentes deste Tribunal.

5. Desprovimento do agravo.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados (fl. 76).

Em suas razões especiais, além de dissídio jurisprudencial entre o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e julgados desta Corte Superior de

Justiça, a recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido negou vigência ao art. 4º, § 1º, da Lei n. 1.060/50, ao negar-lhe a condição de hipossuficiência.

É o relatório. Decido.

O acórdão objeto do recurso especial em questão foi proferido no bojo de agravo de instrumento, incidente sobre decisão que deliberou sobre a gratuidade de justiça pretendida (fl. 35).

Ocorre que a ação originária dele derivada, conforme informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal *a quo*, já teve sentença de mérito, prolatada no dia 18.02.2019, pela 1ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgando extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015.

Dada a superveniência do julgamento da ação originária, não mais persiste a discussão acerca da decisão interlocutória.

Confira-se o entendimento jurisprudencial desta eg. Corte em situações análogas:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO. REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO DE DECISÃO QUE, NA ORIGEM, INDEFERIDA A LIMINAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA INDEFERINDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA EXAME DO PEDIDO. POSTERIOR JULGAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA, COM DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. PERDA DO OBJETO DO RECURSO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. A agravante, com base no art. 288 do RISTJ c/c o art. 294 do CPC/2015, busca a concessão de tutela provisória de urgência, de natureza antecedente, em face do indeferimento de antecipação dos efeitos da tutela recursal, em Agravo de Instrumento interposto contra *decisum* indeferitório de liminar, que, por sua vez, fora proferido em Mandado de Segurança, por ela impetrado contra ato do Presidente da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas.

II. Nos termos dos arts. 299 e 1.029, § 5º, III, do CPC/2015 e 288 do RISTJ e das Súmulas 634 e 635/STF, tratando-se de decisão monocrática proferida em Agravo de Instrumento interposto contra o indeferimento de decisão liminar, em Mandado de Segurança, ainda não examinado, no mérito, pelo órgão colegiado do Tribunal do origem, manifesta a incompetência do STJ para apreciar a presente Tutela Provisória de Urgência.

III. Ainda que assim não fosse, conforme informado pelas partes, após a formulação do presente pedido, o Mandado de Segurança, impetrado pela agravante, foi julgado extinto, sem exame do mérito. Interposta Apelação, foi ela parcialmente provida, para, afastando a preliminar acolhida na sentença, denegar a ordem. Desta forma, prejudicado, por perda do objeto, o exame do pedido formulado pela agravante.

IV. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de

tutela, a prolatação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas" (STJ, EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 19/11/2015). Nesse sentido: STJ, REsp 857.058/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/09/2006; REsp 1.383.406/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/11/2017.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt na Pet 11.504/AM, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO RÉU/AGRAVANTE.

1. "Consoante o entendimento pacífico da jurisprudência desta Corte Superior, a superveniência de sentença de mérito no feito principal enseja a perda de objeto do recurso especial resultante de agravo de instrumento interposto contra decisão concessiva ou denegatória de liminar ou antecipação de tutela, tendo em vista que a sentença absorve os efeitos do provimento liminar, por se tratar de juízo de cognição exauriente." (cf. AgInt nos EDcl no REsp 1651 652/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 01/06/2017) 2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 922.790/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, julgo prejudicado o presente recurso especial, em razão da perda de seu objeto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator